

ANTONIO CARLOS PAES MACHADO

A reorganização administrativa, financeira e pedagógica das Escolas Técnicas do SUS, no Estado de São Paulo – Proposta de Minuta de Decreto Estadual

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS – CEGEPE, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS - Polo Vila Mariana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora – Prof^ª. Dr^ª. Amanda Márcia dos Santos Reinaldo

São Paulo

2013

Ficha de Identificação da Obra
(Escola de Enfermagem da UFMG, MG - Brasil)

M149r Machado, Antonio Carlos Paes
A reorganização administrativa, financeira e pedagógica das Escolas Técnicas do SUS no Estado de São Paulo [manuscrito] : proposta de Minuta de Decreto Estadual / Antonio Carlos Paes Machado. - São Paulo-SP, 2013. 23f.

Orientador: Prof. Dra. Amanda Márcia dos Santos Reinaldo.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS/ ETSUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, - Pólo Vila Mariana, São Paulo-SP, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1. Educação Profissional em Saúde. 2. Educação Profissional em Saúde/história. 3. Educação Profissional em Saúde/organização e administração. 4. Educação/legislação e jurisprudência. I. Reinaldo, Amanda Márcia dos Santos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde. III. Título.

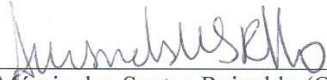
NLM: WA 18

Antônio Carlos Paes Machado

**A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PEDAGÓGICA
DAS ESCOLAS TÉCNICAS DO SUS, NO ESTADO DE SÃO PAULO –
PROPOSTA DE MINUTA DE DECRETO ESTADUAL**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Polo Vila
Mariana/SP.

BANCA EXAMINADORA:


Profª. Drª. Amanda Márcia dos Santos Reinaldo (Orientadora)


Profª. Drª. Anézia Moreira Faria Madeira

Data de aprovação: 26 de fevereiro de 2013

São Paulo / SP
2013

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível realizar por conta de algumas pessoas que me fizeram pensar em uma proposta de intervenção que propiciasse às escolas um novo alento para suas atividades.

Em discussão no primeiro encontro presencial apresentei a ideia de darmos às escolas um perfil de organização formal e que ela tivesse uma estrutura junto à Secretaria Estadual da Saúde, para ser reconhecida como uma unidade essencial, na lógica de formação de trabalhadores para o SUS, que foi aceita imediatamente pelos participantes do CEGEPE do Núcleo de Apoio das Escolas Técnicas do SUS, Carol, Caroline e Miriam.

Com o desenvolvimento do curso foi amadurecendo esta ideia e fui buscar inspiração em quatro pessoas em especial para realizar este trabalho.

A primeira delas a Carol Feitosa que sempre me incentivou a desenvolver este trabalho e enxergou como um avanço para solidificação das Escolas junto à Secretaria da Saúde.

A minha colega Cris Rossi, com quem sempre discutia nossos pontos divergentes e convergentes, numa interação muito boa que me fez ir adiante ao curso e neste propósito de realizar este trabalho.

Ao Ricardo Carvalho com quem tive sempre embates sobre o funcionamento das Escolas e com minhas provocações a ele, restou o fortalecimento de nossa amizade.

E finalmente a minha amiga de tanto tempo de Secretaria Luci Guibu, que aos quarenta e cinco minutos do segundo tempo entrou em cena para clarear a organização deste trabalho. Sua sabedoria e sua calma fizeram com que este trabalho ganhasse vida.

E a todos do CEFOR, que me inspiraram para consolidar uma proposta de trabalho e nunca desistir em especial os tutores Irene e Neil.

E a Amanda que com sua sabedoria e ponderação conteve muitas vezes minha indignação sugerindo uma discussão para refletir.

“Não se acostume com o que não o faz feliz,
Revolte-se quando julgar necessário.
Alague seu coração de esperanças, mas não deixe que ele se afogue nelas.
Se achar que precisa voltar, volte!
Se perceber que precisa seguir, siga!
Se estiver tudo errado, comece novamente.
Se estiver tudo certo, continue.
Se sentir saudades, mate-a.
Se perder um amor, não se perca!
Se o achar, segure-o!”

FERNANDO PESSOA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. OBJETIVO.....	9
3. JUSTIFICATIVA	9
4. REFERENCIAL TEÓRICO	10
5. METODOLOGIA	12
6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	12
7. DESDOBRAMENTOS	14
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21
RESUMO	22
ABSTRACT	23

INTRODUÇÃO

Historicamente as Escolas Técnicas surgiram para suprir uma deficiência na formação dos trabalhadores da Saúde, visto que a maioria não dispunha de formação específica e técnica para atuar na complexidade que os serviços de saúde solicitavam e a demanda advinda do crescimento populacional e de agravos de doenças que iam surgindo. Um destes marcos foi a epidemia de meningite, em 1975, que cancelou os jogos pan-americanos daquele ano na cidade de SP, o que repercutiu negativamente no mundo inteiro tornando o país alvo de duras críticas internacionais, sobre as condições de saúde da população. (Revista Ser Médico – Edição 33 – 2005 – CREMESP)

Em plena ditadura militar foi aprovado um projeto de criação de Centro Formadores nas estruturas das Secretarias de Estado para suprir deficiências de formação em saúde, pois havia uma deficiência na formação técnica entre os trabalhadores, embora tivesse um número considerável de pessoas trabalhando. Estes funcionários com alguma experiência em suas atividades precisariam ser capacitados para atuar com qualidade nos serviços de saúde. Era o caso dos atendentes (sem formação técnica) que se habilitavam para auxiliares de enfermagem com formação específica e com acompanhamento do Conselho Regional de Enfermagem (COREN). Este processo se dava em pleno serviço. Esta ação se fazia necessária, pois estávamos trabalhando com adultos que não tiveram a formação escolar regular.

O primeiro grande movimento para fazer a integração ensino-serviço, foi o Projeto Larga Escala, onde os atendentes teriam uma formação educacional/profissional para habilitarem-se na profissão de auxiliar de enfermagem ao mesmo tempo e se formarem no primeiro grau completo. Esta simultaneidade de objetivos propiciou a formação de mais de 300 mil trabalhadores no país que tiveram o reconhecimento do Conselho Federal de Enfermagem e puderam se sindicalizar com uma profissão reconhecida. (RET-SUS (Rede de Escolas Técnicas do SUS) revista. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, ano V, n. 41, janeiro-fevereiro, 2011).

A lógica que facilitava o aprendizado adulto, em seu local de trabalho e sem custos financeiros, contava com algumas premissas como fazer do espaço de trabalho um local de aprendizagem e a prática reflexiva como eixo metodológico da construção curricular. Esta iniciativa alavancou investimentos para formação dos trabalhadores e o então Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Nacional - INAMPS criou o Centro Formador de Pessoal para a Saúde de São Paulo (CEFOP-SP), para desenvolvimento de novos projetos para *“qualificar e habilitar essa força de trabalho já existente e, que foi socialmente privada ao longo dos anos e que hoje é realidade na prestação de serviços públicos de saúde à população”*, surgindo daí grande parte dos programas existentes das atuais escolas neste formato de formadores de profissionais técnicos de nível médio em Saúde, no Estado de São Paulo. (Parecer nº 1296/87- Aprovado em 02/09/87 – Conselho Estadual de Educação – Processo nº 949/87 - SP).

Já havia escolas de auxiliar de enfermagem em alguns hospitais para garantir mão de obra em locais mais distantes, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e para formação específica como as da Psiquiatria, em Franco da Rocha. Com o passar do tempo, transformaram-se em Centro Formadores de Pessoal para a Saúde (Parecer CEE 187/99 em 05/05/1999, publicado em DOE. em 07/05/99), dando-lhes este formato de Escolas de formação atualmente existentes. É o caso do Vale do Ribeira, Assis e Franco da Rocha.

A escola de São Paulo foi criada pelo INAMPS, já descrita anteriormente; a de Osasco foi criada conforme Parecer 117/95, estando vinculada administrativamente ao DRS-I Grande São Paulo e a de Araraquara é a mais recente e a única institucionalizada pela Secretaria Estadual de Saúde, vinculada à Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde.

No município de São Paulo temos também uma Escola Técnica, esta mais estruturada, pois, tem o respaldo organizacional da prefeitura e atua como centro formador oficial da pasta da saúde do município.

Com a criação, em 2003, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES), pelo Ministério da Saúde com a missão de articulação e construção de políticas permanentes para a área da saúde, lançou-se uma articulação permanente entre ensino, gestão e controle social criando a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que resignificou os conceitos de ensino-aprendizagem tornando-os mais democrático.

Criou-se o Programa de Formação de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS), em 2009 que ampliaria a formação de nível médio em saúde, saindo da obrigação da formação somente no campo da enfermagem e agora expandindo para vários setores carentes nesta rede de serviços complexos que se tornou o SUS, dando mais um salto de qualidade reforçando a importância das escolas e ao mesmo tempo tornando-as responsáveis por uma formação diferente das escolas tradicionais.

O PROFAPS propiciou a chegada de recursos financeiros para desenvolver projetos de formação de Nível Médio, porém as metas a serem atingidas não levaram e não levam em consideração as condições do ponto de vista estrutural que essas escolas possuem, criando uma grande dicotomia do que se pretende e o que de fato é possível realizar do ponto de vista de formação. Até o Governo do Estado de São Paulo investiu na formação de Técnicos de Enfermagem, com relativo sucesso, conseguindo formar um grande número de profissionais mais qualificados, porém não investiu na infraestrutura organizacional que as escolas precisavam e mais, na sua política de enxugamento dos cargos não absorveu esta mão de obra mais qualificada, deixando que alguns municípios e pouquíssimos hospitais estaduais de alta complexidade, pudessem absorver esta mão de obra mais qualificada.

Isto revela uma contradição, pois são muitos os hospitais estaduais que poderiam estar utilizando desta mão de obra. Há inclusive auxiliares de enfermagem formados em técnicos em alguns destes hospitais diretos.

Com a Lei Complementar 1157 de 02/12/2011 do Estado de São Paulo, onde as vagas de auxiliar de enfermagem tornam-se cargos de técnico de enfermagem, poderemos, em futuro próximo, ter técnicos formados atuando na Secretaria de Estado. Sem dúvida alguma, esta legislação, qualificará os serviços destes Hospitais, embora se observe que não há uma política efetiva de formação de quadros, tanto que os cursos de técnicos de enfermagem já se enceraram, visto que o Governo do Estado não mais está financiando esta formação e deixando claro que não se tratava de uma política de formação, mas sim da vontade de um governante que resolveu investir neste segmento.

É relevante notar que estas escolas ainda contam com muitos recursos financeiros para expandir sua formação, mas não se investe em fornecer as condições materiais para que possam desenvolver com mais qualidade a sua vocação institucional.

Estes problemas vão desde a falta de uma secretaria escolar, passando por um núcleo pedagógico inexistente ou precário, sem autonomia financeira para gerenciar os prédios onde as escolas estão instaladas, sem poder realizar suas compras, sem condições técnicas de formatar o seu Projeto Político Pedagógico, por falta de profissionais especializados.

Enfim são inúmeras as dificuldades existentes nestas escolas, mas há que se destacar a importância política que tiveram na consolidação do Sistema Único de Saúde, pois com projetos de formação bem sucedidos (Projeto Larga Escala, Classes Descentralizadas), as escolas em 20 anos, superaram o que aparentemente era um nó para seu avanço na qualificação dos trabalhadores do SUS.

O propósito do presente projeto é fortalecer as escolas sob o ponto de vista administrativo, criando uma estrutura organizacional compatível que facilite o seu desenvolvimento principalmente pedagógico e que possam cumprir com sua missão que é o de realizar Educação Profissional de Nível Médio na perspectiva de consolidação do SUS, e tem como pressuposto formar profissionais com ética, humanização e espírito de cidadania.

Estas escolas com autonomia e agilidade podem ampliar o seu objetivo que é o de ser reconhecida como uma escola que resalte os conceitos éticos que o SUS trabalha, alcançando os princípios elementares do SUS que é o de sua universalização, integralidade, equidade e tendo o controle social da população, como parâmetro para solidificar a saúde como um direito do cidadão, gerando um serviço de qualidade e de impacto social que fomente a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

OBJETIVO

Propor uma minuta de Decreto que estruture organizacionalmente as Escolas Técnicas do SUS de Araraquara, Assis, Franco da Rocha, Osasco, Pariquera-Açu e São Paulo, para que possamos criar condições técnicas elementares para o seu funcionamento, incluindo no organograma atual da Secretaria de Estado da Saúde (que afetará diretamente a Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado de SP), pois queremos criar uma estrutura formal enxuta, porém que seja ágil, e com poderes para atuar com maior qualificação em seus propósitos pedagógico-educacionais.

JUSTIFICATIVA

A finalidade do projeto é melhorar a estruturação das ETE's - SUS, buscando o seu reconhecimento na estrutura formal da Secretaria de Estado da Saúde, dando-lhes sobrevida no aspecto estrutural, administrativo e pedagógico.

A importância desta estruturação leva em conta as dificuldades apontadas na formação atual e no modo como se processa esta formação. A falta de um corpo técnico com capacidade de formular um Projeto Político Pedagógico, para estas escolas é um exemplo, pois só existe em Araraquara e que foi feita por uma auditoria contratada, para criação formal da Escola e que atualmente necessita ser revisado.

As dificuldades que todas têm de formular um planejamento adequado para os seus cursos, pois em sua grande maioria os docentes não estão preparados para instigar uma reflexão sobre a atuação dos trabalhadores problematizando situações que eles possam vivenciar no seu dia a dia, provocando uma série de entraves, que embora não se tenha avaliado com rigor, provoca evasões, desmotiva o grupo, baixa a adesão dos alunos e provoca reclamações sobre a qualidade feita por quem os contrata, levando a um desgaste físico emocional, destes profissionais que geram uma série de dificuldade para novos desafios.

É hora de refletirmos e avaliarmos o que está errado, ou corremos o risco destas escolas deixarem de existir por falta de demanda, pois há um movimento ascendente por parte das Comissões Intergestoras Regionais (CIR), antiga Comissão de Gestão Regional (CGR) de iniciarem projetos pedagógicos paralelos às escolas, o que pode significar um “desvio” dos propósitos iniciais das Escolas Técnicas que passariam a atuar somente em projetos financiados pelo Ministério da Saúde de pouca repercussão nos municípios.

Nesta linha de reflexão, propomos uma adequação estrutural para que possam ter condições técnicas de cumprir com sua missão educacional, dando uma formação de maior qualidade para estas escolas; dinamizando a formação no atendimento da demanda existente e com a garantia de ter profissionais adequados para a formação que se espera, dando-lhes condições técnicas e estruturais que possam significar uma qualificação melhor nos docentes, um planejamento de curso mais efetivo, uma atenção

aos alunos mais qualificada e uma avaliação constante dos resultados desta formação. Gerando assim estatística que possam servir de instrumento de gestão para novas políticas de atuação, resignificando, quando houver necessidade, todo o trabalho constituído por estas escolas.

A proposta de estruturação das escolas servirá de mote para que todas se organizem profissionalmente e possam contar com recursos financeiros e de pessoal, para desenvolver projetos mais qualificados e de acordo com as necessidades loco regionais, sem perder de vista a qualidade que se quer implementar nos cursos de formação e, ainda reverter o atual quadro de descrédito existente na maioria das regiões do Estado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Há uma nítida desconexão entre as Escolas e o Governo do Estado de São Paulo, pois não temos na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde a presença formal destas escolas. O que queremos é que sejam reconhecidas como parte integrante da estrutura da SES e mais estejam delineadas suas atribuições, seus objetivos, metas e que possam fazer esta aproximação a partir de seu reconhecimento oficial. São escolas em sua maioria com mais de 50 anos que sempre viveram à margem do Planejamento estratégico da Secretária, atuando apenas em situações isoladas ou por encomendas de outros entes federativos como a União, por exemplo, que injeta recursos para formação, mas não pode estruturá-las do ponto de vista administrativo e pedagógico que a levem a uma solidificação de seus propósitos e de seus resultados.

Na verdade este trabalho parte do pressuposto de que não há uma política de formação de nível médio para o Estado de São Paulo. Nem o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (COSEMS) e nem a Secretaria de Estado, investem nas escolas como um instrumento de política de saúde. Se levarmos em conta a capacitação de técnicos de enfermagem, promovida pelo Estado de São Paulo, podemos considerar como sendo uma ação isolada, que teve começo, meio e fim. Não se traduzindo em uma política pública de preparação de novos trabalhadores da saúde.

Nos municípios também lidam com a lógica de trabalhar na formação de acordo com os recursos disponíveis e não necessariamente em paradigmas que vinculem suas necessidades de formação. Hoje eles não possuem parâmetros que forneça as prioridades na formação que precisa, ficando a reboque das políticas formuladas pelo Ministério da Saúde. Cria-se então um descompasso no que o Ministério investe em formação e o que o Estado e os Municípios precisam.

Este despreparo e desconexão entre os entes federativos levam ao enfraquecimento político destas escolas, ficando estas à margem dos objetivos do Estado, que administra mais de 20 hospitais gerais e com pouca efetividade naquilo que se possa chamar de formação de mão de obra qualificada para as suas unidades de saúde.

O que queremos é quebrar este isolamento que as Escolas têm com o Estado, pois, não há muita conexão com os objetivos de formação. Em sua maioria os cursos são emanados do Ministério da Saúde, mas quem administra as escolas é o estado. Esta dicotomia tende a diminuir na medida em que aproximemos as intenções de ambos, criando infraestrutura adequada para desenvolver não só projetos formulados pelo Ministério, mas principalmente suprir carências do Estado e dos Municípios.

Uma das formas é a proposta de uma minuta de Decreto Governamental que reorganize estas escolas onde constem, seus objetivos, suas metas, sua qualificação, suas principais atribuições, sua autonomia financeira e seu corpo técnico capaz de criar um referencial político pedagógico, até então inexistente, que demonstre a importância destas escolas na formação dos trabalhadores do SUS e sua relevância para qualificar a prestação dos serviços de saúde.

Um dos exemplos que temos como referencial teórico desta proposta é o Decreto do Município de São Paulo nº 52214 de 25 de julho de 2011, que reorganizou a Escola Municipal de Saúde e constituiu-a como parte integrante de sua estrutura organizacional.

Com o decreto de reorganização das Escolas podemos ampliar as opções e dar novos rumos à política de formação dos profissionais de saúde, desenvolvendo em conjunto com o Estado e Municípios as prioridades nesta política de formação e não aceitar o que vem do Ministério sem discussão, por falta de uma proposta melhor.

Há outros aspectos que podemos investir que é a própria discussão interna das definições que as escolas terão a partir de conquistas de uma estrutura organizacional adequada. Com um corpo técnico e administrativo qualificado e tendo autonomia financeira, entendemos ser possível a elaboração do Projeto Político Pedagógico, que fatalmente elevará suas responsabilidades, visto ter condições técnicas para poder expandir suas ações.

Assim, parece-nos adequado e oportuno, levarmos esta discussão ampliada, pois, suprimindo as necessidades básicas das Escolas não temos como não cumprir o nosso papel de formador qualificado e voltado para um aprendizado que garanta reflexão sobre o papel dos que são formados e criando uma massa crítica capaz de sustentar a defesa de um sistema público de saúde que atenda a maioria da população brasileira.

O Decreto de reorganização destas escolas não é só um meio burocrático delas se solidificarem formalmente na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES), mas sim dar a importância que até então, era pouco reconhecido pela SES e com isto aumentar sua responsabilidade social no preparo de seus docentes para que tenhamos cada vez mais, trabalhadores comprometidos com a política do SUS e que reflitam sobre o seu trabalho e a importância do SUS para a população.

METODOLOGIA

O caminho a ser percorrido é promover discussões com os profissionais que atuam diretamente nas escolas, para que possamos e fazer uma análise mais crítica e detectar os problemas levantados por eles, e assim ter subsídios para aprimorar nossas propostas. A escuta é um processo rico em que toda e qualquer informação é relevante para o tema e precisamos nos apropriar de soluções simples que se aproxime da realidade de cada escola.

Será realizado levantamento bibliográfico buscando organogramas de outras escolas constituídas, verificando como se constrói um padrão de lotação mínimo considerando uma lógica educacional que permeia a missão institucional destas escolas. Será necessário também criar um novo patamar de objetivos que solidifique um Centro de Documentação, capaz de criar um histórico de cursos, com a finalidade de fixar resultados e metas a partir de uma política estadual de formação.

Não é nosso objetivo encontrar uma solução para todos os problemas até aqui enfrentado pelas escolas, mas temos a certeza que se conseguirmos criar um instrumento de negociação para abrirmos espaços internos que garantam reconhecimento destas escolas, parte destes percalços poderão ser superados e praticamente ao final desta negociação e da publicação da reorganização das escolas, poderemos sim, sermos referências loco regionais para formação de nível médio para o SUS.

A autonomia pedagógica das escolas, já foi reconhecida pela Secretaria de Estado da Educação, quando nos foi concedido à supervisão delegada, onde os cursos podem ser aprovados e supervisionados por membros da própria Secretaria da Saúde, o que agiliza a aprovação e a realização de cursos, o que tende a atender a demanda do Estado e dos municípios.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A nossa proposta de intervenção é a criação de um decreto estadual que reconheça as seis escolas existentes no Estado. Hoje só temos a Escola de Araraquara, com uma estrutura oficializada, mas com nenhum padrão de lotação e com uma organização inadequada, pois não se levantou em conta os objetivos da criação e concepção desta Escola.

A falta de uma estrutura funcional não formalizada implica em uma série de problemas que passam estas escolas para levarem adiante seus cursos de formação, pois são inúmeras as dificuldades existentes desde a escolha dos docentes, passando pela escolha dos alunos e as dificuldades dos gestores municipais e estaduais de compreenderem os objetivos destes cursos.

Muitas vezes esses cursos de formação são encarados, não como um suporte educacional para o serviço, mas sim como um peso, pois sobrecarrega a carga horária destes trabalhadores ou tira-os da jornada de trabalho em suas unidades.

Há também um processo seletivo inadequado para escolha dos docentes, ausência de um corpo pedagógico que sustente a formatação dos cursos, uma dificuldade financeira para que eles possam dispor de material didático suficiente e equipamentos de saúde para as aulas práticas que se fazem necessário.

Em muitas escolas inexistente uma equipe administrativa mínima que garanta atendimento as necessidades da secretaria escolar, e a criação de uma biblioteca para os alunos.

A criação de um centro de documentação informatizado que consiga historiar cada curso realizado poderá gerar estatísticas para servir como instrumento de gestão, a partir de pesquisadores que realizem uma avaliação dos resultados alcançados por cada curso e pela escola como um todo.

Estas situações inexistentes poderiam ser implantadas numa proposta de estruturação destas estas escolas, pois nenhuma delas é reconhecida pelo Estado e a única formalmente constituída, tem pouca atenção de seus propósitos.

Estamos propondo a reorganização das seis escolas técnicas do SUS (em princípio padronizadas com as mesmas estruturas), alterando ou constituindo suas atribuições, estabelecendo um quadro mínimo técnico e administrativo para o funcionamento destas escolas com autonomia financeira, passando a constituir-se como unidade de despesa, com capacidade de definir estratégias de atuação para sua região de abrangência e de acordo com as Redes Regionalizada de Atenção à Saúde (RRAS) existente.

No conjunto de atribuições além das financeiras e administrativas decorrentes da estrutura organizacional proposta e de torná-las uma unidade de despesa, terá especial atenção aquelas estruturas que organizem os processos pedagógicos e a estruturação dos cursos, tendo um corpo técnico mínimo para buscarmos eficiência no trato dos valores educacionais e filosóficos embutidos na criação deste modelo.

A proposta concerne em ter profissionais capazes de dar suporte às diretorias das escolas para fomentar cursos que atendam a demanda existente, na escolha da metodologia a ser desenvolvida, nos conteúdos dos cursos, na escolha dos docentes, a formatação ou ajustes no Projeto Político Pedagógico.

Paralelo a isto, propomos um padrão de lotação mínimo de funcionários, de forma a garantir autonomia às escolas e mais, criar um centro de documentação e informação capaz, não só de historiar os cursos ministrados, mas fazer toda uma avaliação dos resultados alcançados, criando um núcleo de informação que gerem relatórios que sirvam de instrumento de gestão.

DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS COM A INTERVENÇÃO PROPOSTA

Dando continuidade a formatação de um decreto e estudando o já citado decreto de criação da Escola Municipal de Saúde, podemos vislumbrar uma estrutura mínima e matricial para estas escolas.

Necessariamente além de sua Diretoria Técnica, a escola precisaria ter um Núcleo de Apoio Administrativo que teria um responsável pelo gerenciamento orçamentário/financeiro dos recursos próprios, visto tornar-se uma unidade de despesa, administrando também recursos advindos de outras fontes para gerir cursos de acordo com os projetos aprovados.

Caberia a este grupo a incumbência de apresentar demonstrativo de gastos mensais de investimentos e custeios advindos destes recursos externos, bem como se responsabilizar pelo orçamento interno, gerenciando as despesas existentes e com a obrigação da prestação de contas ao Erário Público.

Também seria de sua responsabilidade o gerenciamento de contratos terceirizados, se por ventura houver, como os de manutenção do prédio (vigilância, limpeza, por exemplo) e realizar compras que supra as necessidades da escola e das demandas dos cursos, sejam elas de custeio ou de investimento, cuidados com o transporte dos funcionários e pagamentos de diárias pelos seus deslocamentos.

Dentro deste núcleo de apoio administrativo deverá haver uma secretaria escolar que gerenciará os “prontuários” dos alunos, no que se refere à entrega de documentos que os habilitem a participar dos cursos, frequência em aulas, certificação quando do término do curso e demais atividades pertinentes. Cabe a este grupo também a responsabilidade de prestar toda a assessoria aos alunos do ponto de vista de queixas, emissão de declarações, controle do diário de classe, etc.

No Núcleo de Apoio Administrativo também deverá gerenciar as pessoas que trabalham na escola, realizando o controle de frequência, efetuando o pagamento dos docentes e convidados e controlando toda documentação oficial dos funcionários da escola.

Para tanto estamos sugerindo que o padrão mínimo seja composto por um diretor do núcleo e mais seis auxiliares administrativos para fazerem parte desta equipe, definindo que dois trabalharão com finanças e compras, dois na secretaria escolar e dois na gestão de pessoas.

Haverá necessidade também da criação da coordenação pedagógica em que um corpo técnico com profissionais especializados nas áreas de enfermagem, pedagogia, serviço social, psicologia e outras possam elaborar propostas e definir uma política estadual de formação de nível médio, disseminar a política de educação permanente em saúde em suas regiões, compreendendo as áreas de gestão, atenção á saúde, atendimento hospitalar e de urgência, do controle social e demais áreas pertinentes á área da saúde.

Acompanhar, monitorar, avaliar cursos e programas promovidos pela escola em consonância com as necessidades regionais existentes. Este corpo pedagógico, também teria a missão de discutir propostas de cursos que atendam as demandas regionais, bem como realizar o planejamento dos cursos, preparando os docentes, definindo as metodologias, linha de conduta pedagógica, supervisão no andamento dos cursos, bem como preparar os coordenadores locais dos cursos e demais atividades pertinentes ao desenvolvimento de ações de formação.

Outra atribuição refere-se à sua participação junto com o diretor da escola, nas instâncias de deliberação, onde se discute Educação Permanente/Processo formativo, como as CIR's, Núcleo de Educação Permanente e de Humanização (NEPH) regionais e municipais, ou pactuando diretamente com os gestores estaduais e municipais e/ou com conselhos municipal e estadual de saúde.

Uma vertente a ser explorada é a transposição de cursos já consagrados com elaboração de proposta pedagógica para cursos na modalidade ensino à distância- EAD, para atender uma demanda maior de alunos, buscando eficiência e agilidade na formação dos trabalhadores ,ampliando o conhecimento para um maior numero de pessoas.

Teríamos por fim, um núcleo de informação e avaliação de resultados onde quatro pesquisadores de nível universitários elaborariam instrumentos de avaliação que gerassem continuamente uma autoavaliação institucional, nos moldes sugeridos no Núcleo Temático IV do Curso de Gestão Pedagógica - CEGEPE, onde a Universidade Federal do Sergipe resumiu a área de atuação, a saber:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
2. A política de Ensino e a responsabilidade social da Instituição
3. A comunicação com a sociedade
4. As políticas de pessoal, carreiras, corpo docente, pessoal técnico administrativo, seus aperfeiçoamentos e desenvolvimento profissional e condições de trabalho.
5. Organização e gestão da Instituição
6. Infraestrutura física, de ensino e de pesquisa.
7. Políticas de atendimento ao aluno e sustentabilidade financeira

Os pesquisadores teriam autonomia funcional capaz de percorrer todas as instâncias internas e externas das escolas, inclusive com a interpelação dos alunos, para que se estabelecesse uma espécie de ouvidoria da escola neste núcleo, porém com maiores responsabilidades que seria gerar relatórios de gestão para uma discussão constante dos resultados apresentado pela Escola, bem como gerar estatísticas que contribuiria para mostrar o quanto resultou de formação na escola pesquisada.

Deste núcleo também poderia se extrair pesquisa da qualidade do curso, da qualidade do docente, do impacto que poderá ser gerados nos serviços de saúde, etc. Enfim um núcleo que geraria novos produtos para resignificar constantemente os objetivos e as metas adotadas para cada Escola.

Caberia também neste núcleo pelo menos dois profissionais de informática, num total de 6 (seis) pessoas. Com este aporte acreditamos que a escola estaria estruturada para fazer frente aos desafios políticos e institucionais que o SUS demanda. É um processo longo e árduo, mas tendo clareza do que se quer. Isto poderia facilitar outras necessidades da escola como, por exemplo, construir e aprimorar o Projeto Político Pedagógico de cada Escola.

Para explicitarmos a proposta aqui delineada estamos incorporando um modelo de como pensamos a estrutura organizacional da escola e o conjunto de atribuições que cada núcleo poderia ter para termos a dimensão correta do que queremos criar.



As atribuições e composições do **Núcleo de Apoio Administrativo** seriam as seguintes:

- Gerenciamento orçamentário e financeiro dos próprios recursos, tornando-se uma unidade de despesa;
- Gerenciamento financeiro de recursos advindos de outras fontes (Ministério, Estado e Município para formação);
- Gerenciamento de contratos terceirizados (se houver) como, manutenção de prédio, vigilância e limpeza;
- Prestação mensal de contas às fontes de financiamento e ao Erário Público;
- Gerenciamento de compras para manutenção da escola, para os cursos e para os estágios programados;
- Gerenciamento de transportes e pagamento de diárias;
- Gerenciamento dos prontuários dos alunos, controlando a documentação necessária para participação do curso;
- Criação e Manutenção de Biblioteca e distribuição de material didático quando houver;
- Gerenciamento da frequência escolar e dos docentes e preenchimento do diário de classe;
- Emissão de comunicados, atestados e certificação dos cursos;
- Ouvidoria dos alunos em relação aos cursos ministrados pela escola (queixas, reclamações desistência, etc.);
- Gerenciamento dos prontuários dos funcionários, controlando a documentação necessária para fins de pagamento/aposentadoria;
- Gerenciamento da frequência de todos os funcionários da escola e encaminhamento à Fazenda do Estado, para fins de pagamento;
- Pagamento mensal dos docentes pelo número de horas/aulas ministradas;
- Proposta de padrão de lotação: Um diretor de Nível Universitário, Seis administrativos, sendo que a distribuição sugerida é que dois tivesse a lotação em finanças, dois na secretaria escolar e dois na gestão de pessoas, num total de 7 cargos.

As atribuições e composição do **Núcleo de Apoio Pedagógico** seriam as seguintes:

- Cinco profissionais especializados, sugerindo que a enfermagem e a pedagogia, fossem necessariamente contempladas;
- Acompanhar, monitorar, avaliar cursos e programas promovidos pela escola em consonância com as necessidades regionais existentes;
- Realizar planejamento dos cursos, preparando os docentes, definindo metodologias, linha de conduta pedagógica, supervisão no andamento dos cursos, bem como preparar os coordenadores locais;
- Participação, nas instâncias de deliberação, onde se discute Educação Permanente/Processo formativo, como as CIR's, Núcleo de Educação Permanente e de Humanização (NEPH) regionais e municipais ou pactuando diretamente com os gestores estaduais e municipais e/ou com conselhos municipal e estadual de saúde;
- Transposição de cursos já consagrados e elaboração de novas propostas pedagógicas para cursos na modalidade ensino à distância- EAD.
- Elaboração/readequação do Projeto Político Pedagógico das Escolas, para avaliar missão, uma auto avaliação Institucional promovida pelos pesquisadores do Núcleo de Informação e Avaliação de Resultados e a realidade loco regional.
- Discutir/Elaborar ou promover discussões para elaboração de um Plano Estadual de Formação de Nível Médio para o Estado de São Paulo em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e/ou seus representantes e o Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS).
- Formulação de uma política de formação que atenda às áreas de gestão, atenção básica a saúde, média e alta complexidade, atendimento hospitalar e de urgência, de controle social, e demais áreas pertinentes à saúde da população.

As atribuições do **Núcleo de Informação e Avaliação de Resultados** seriam as seguintes:

- Contratação de cinco pesquisadores de nível universitário que teriam autonomia para fazer uma auto avaliação institucional da escola, trabalhando com as seguintes dimensões: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); A política de Ensino e a responsabilidade social da Instituição; A comunicação com a sociedade; As políticas de pessoal, carreiras, corpo docente, pessoal técnico administrativo, seus aperfeiçoamentos e desenvolvimento profissional e condições de trabalho; Organização e gestão da Instituição;

Infraestrutura física, de ensino e de pesquisa, Políticas de atendimento ao aluno e sustentabilidade financeira.

- Contratação de profissionais de Informática para produzir relatórios anuais ou quando for necessário para servir como instrumento de gestão.
- Produzir estatísticas do número de alunos formados, evasão escolar, qualidade dos docentes e todo e qualquer produto que a escola necessitar;
- Realizar pesquisa junto a usuários e gestores acerca do impacto que gerou a realização de cursos, apresentando relatórios estatístico e analítico das pesquisas efetuadas.
- Criação de uma Banco de dados dos alunos, professores e dos recurso realizados para a produção de relatórios gerenciais e fazer o registro histórico da Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta/projeto de intervenção ora apresentado não pretende ser definitivo enquanto proposta de minuta de decreto a muito que se percorrer, mas este esboço reflete algumas investigações e vivências sentidas no decorrer destes três anos em que atuo com as escolas.

A missão das ETSUS é nobre e fundamental para a consolidação do SUS. O processo de idas e vindas detectadas ao longo deste curso faz com que possamos refletir sobre o momento atual destas escolas e sua potência para gerar novos produtos com maior qualidade, gerando e difundindo novos conhecimentos para uma geração que não vivenciou a criação do SUS e todos os desafios que no dia a dia enfrentamos para defendermos um sistema público de saúde.

As ETSUS vêm no esteio de lutas que geraram grande impacto na sociedade brasileira, como a prerrogativa constitucional de que saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado e na própria concepção do SUS e se hoje temos um ambiente democrático para discussão de um novo patamar econômico e social deste país é graças à luta que todos nós tivemos para chegar até aqui.

Sempre acreditei em utopias e sempre as busquei com um objetivo de vida, porque o cotidiano nos consome as ideias e cristalizam nossa produção intelectual com o passar dos anos, gerando uma acomodação, incomoda. Refletir sobre novos desafios é muito gratificante, apesar de ter enfrentado vários poderes institucionalizados que não vislumbram o novo, o impossível possível.

Buscar alternativas para melhorar o funcionamento das ETSUS, deu-me muito prazer, porque é uma proposta contra hegemônica, difícil de concretizar, mas perfeitamente viável basta ter bom senso e boa vontade política, pois muitos entendem que estamos cumprindo o nosso papel e que as coisas dificilmente vão mudar.

Espero que com este trabalho, possamos discutir com mais clareza a missão que estas escolas neste momento devam seguir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Gastão WSC. Cogestão e neoartesanato: elementos conceituais para repensar o trabalho em saúde combinando responsabilidade e autonomia, *Ciência e Saúde Coletiva* 15 (5), 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. FOUCAULT, M. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª. Edição Revista. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução: Traduzida por Antonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. Coleção Biblioteca de Filosofia. Coordenação editorial: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

Parecer nº 1296/87- Aprovado em 02/09/87 – Conselho Estadual de Educação – Processo nº 949/87 - SP.

Parecer CEE 187/99 em 05/05/1999, publicado em DOE. em 07/05/99.

Revista Ser Médico – Edição 33 – 2005 – CREMESP

RET-SUS (Rede de Escolas Técnicas do SUS) revista. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, ano V, n. 41, janeiro-fevereiro, 2011.

São Paulo (município). Decreto nº 52.514, de 25 de julho de 2011. Dispõe sobre a organização da Escola Municipal de Saúde, antigo Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores de Saúde – CEFOR, da Secretaria Municipal de Saúde, altera suas atribuições e estabelece o respectivo quadro de cargos de provimento em comissão; acrescentam os artigos 10-A e 10-B ao Decreto nº 52.219 de 30 de março de 2011, que reorganizou o Sistema de Ensino da Secretaria Municipal, de Saúde, Diário Oficial do Município, São Paulo, n.138, p.1, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Núcleo Temático IV Processo de avaliação nas práticas de gestão da Escola Técnica do SUS - Editora CAED – UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Conselho do Ensino e da Pesquisa. Projeto avaliação institucional da UFS: potencializando e projetando novas possibilidades para crescer com qualidade. Sergipe, 2005.

RESUMO

Historicamente as Escolas Técnicas surgiram para suprir uma deficiência na formação dos trabalhadores da Saúde, visto que sua grande maioria não dispunha de formação específica e técnica para atuar na complexidade que os serviços de saúde iam solicitando e a demanda advinda do crescimento populacional e de agravos de doenças que iam surgindo.

Esta lógica que facilitava o aprendizado adulto, em seu local de trabalho e sem custos financeiros, contava com algumas premissas como fazer do espaço de trabalho um local de aprendizagem e/ou a capacitação pedagógica e a prática reflexiva-prática como eixo metodológico da construção curricular.

Em 2003, foi criada a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES), pelo Ministério da Saúde com a missão de articulação e construção de políticas permanentes para a área da saúde, que resignificou os conceitos de ensino-aprendizagem tornando-o mais democrático, e investiu na formação profissional de nível médio, através das Escolas Técnicas do SUS, porém, nenhum ente federativo organizou administrativamente estas escolas.

Os objetivos deste trabalho são claros: Propor uma minuta de Decreto que estruture organizacionalmente as seis escolas do Estado de SP e com poderes para atuar com maior qualificação em seus propósitos pedagógico-educacionais.

Estas escolas com autonomia e agilidade podem ampliar os seus objetivos que é o de ser reconhecida como uma escola que dissemine os princípios éticos que o SUS trabalha que é o de sua universalização, integralidade, equidade e tendo o controle social da população, como parâmetro para solidificar a Saúde como um direito do cidadão.

ABSTRACT

Historically Technical Schools arose to meet a deficiency in the training of health workers, since the vast majority did not have specific training and technical complexity to operate in the health services were requested and the demand arising from population growth and aggravation of disease which might arise.

This logic that facilitated adult learning in the workplace, without financial costs, some assumptions had to make the workspace a place of learning and / or pedagogical training and reflective practice-practice as methodological axis of curriculum construction.

In 2003, he created the Office of Labor Management and Health Education (SGTES), the Ministry of Health with the mission of articulation and construction of permanent policies for health, that gave new meaning to the concepts of teaching and learning by making it more democratic, and invested in training middle level, through SUS Technical Schools, however, no federal entity organized administratively these schools.

Our objectives are clear: Propose a draft decree that structured organizationally the six schools in the state of SP and empowered to act with the highest qualification in their pedagogical and educational purposes.

These schools with autonomy and agility can enlarge your goals is to be recognized as a school that disseminate the ethical principles that SUS works is that its universality, comprehensiveness, fairness and social control with the population as a parameter to Health solidify as a citizen's right.